

Tema	Legislação	Descrição
Criação da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro (APAMLC)	Decreto Estadual nº 53.526, de 8 de outubro de 2008.	Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro (APA Marinha do Litoral Centro), com a finalidade de proteger, ordenar, garantir e disciplinar o uso racional dos recursos ambientais da região, inclusive suas águas, bem como ordenar o turismo recreativo, as atividades de pesquisa e pesca e promover o desenvolvimento sustentável da região.
Criação do Parque Estadual Marinho de Laje Santos (PEMLS)	Decreto Estadual nº 37.537, de 27 de setembro de 1993.	Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos, no Município de Santos, com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas cênicas e aos ecossistemas naturais, marinhos e terrestres.
Criação do Parque Estadual Xixová-Japuí (PEXJ)	Decreto Estadual nº 37.536, de 27 de setembro de 1993.	Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual Xixová-Japuí, nos Municípios de São Vicente e Praia Grande, com a finalidade de assegurar a integral proteção dos ecossistemas ali contidos.
Limite da pesca de arrasto na costa	Portaria SUDEPE nº 54, 20 de dezembro de 1984.	Art. 1º - Proibida a pesca de arrasto por embarcações maiores que 10 AB (dez toneladas de arqueação bruta), mas áreas costeiras do estado de São Paulo, a menos de 1,5 (uma e meia) milhas náuticas da costa.
Pesca de arrasto motorizado	Decreto nº 58.996, de 25 de março de 2013.	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor da Baixada Santista e dá providências correlatas. § 1º - Fica vedada na Z3ME a pesca de arrasto motorizado. § 2º - O limite da Z3ME abrange uma faixa marítima de 800 (oitocentos) metros, a partir da linha de baixa-mar.
Pesca de emalhe	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012.	Art. 4º - Proibir, anualmente, entre os dias 15 de maio e 15 de junho, a operação das embarcações maiores que 20 (vinte) AB com o emprego de redes de emalhe de fundo nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul. Art. 6º - Proibir a pesca de emalhe por embarcações motorizadas até a distância de 1 (uma) milha náutica a partir da linha de costa. Art. 10º - Proibir a pesca de emalhe para embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 20 (vinte) a partir da linha de costa até a distância de: II - 3 (três) milhas náuticas, da divisa dos Estados do Paraná e São Paulo até a divisa dos Estados do Espírito Santo e Bahia.
Proibição da pesca de parelhas , e a pesca com compressor de ar ou outro equipamento	Resolução SMA nº 069, de 28 de setembro de 2009.	Art. 1º - Nas Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Litoral Norte, Litoral Centro e do Litoral Sul, a atividade da pesca com compressor de ar ou outro equipamento de sustentação, em qualquer modalidade, independentemente da Arqueação Bruta (AB), não pode ser realizada, nos termos dos Decretos Estaduais nº 53.525, 53.526 e 53.527, todos de 08 de outubro de 2008. § 2º - Na Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro, fica proibida a pesca de arrasto com a utilização de sistema de parelhas de embarcações, em profundidades inferiores à isóbata de 23,6 m, independentemente das suas Arqueações Brutas.
Embarcações maiores de 12 metros	Decreto nº 58.996, de 25 de março de 2013.	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor da Baixada Santista e dá providências correlatas (Proibição da pesca em embarcações acima de 12 (doze) metros de comprimento). Art. 2º - O Zoneamento Ecológico-Econômico a que alude o artigo 1º abrange os Municípios de Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.
Proibição da pesca de arrasto com utilização de parelha	Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998.	Art. 19 - Ficam proibidas em toda a Zona Costeira (isóbata de 23,6 m), sem prejuízo das disposições legais específicas, as seguintes atividades: II - pesca de arrasto com utilização de parelha;
Uso de redes de praia	Resolução SMA nº 51, de 28 de junho de 2012.	Regula o exercício de atividades pesqueiras profissionais realizadas com o uso de redes nas praias inseridas nos limites da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro, criada pelo Decreto 53.526, de 8 de outubro de 2008, e dá outras providências.
Caranguejo uçá (<i>Ucides cordatus</i>)	Resolução SMA nº 64, de 30 de setembro de 2015.	Art. 1º - Autorizar, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, o armazenamento e a comercialização da espécie <i>Ucides cordatus</i> : I - seja realizada por pescadores locais, por meio de pesca de subsistência ou artesanal; II - seja realizada nos Municípios de Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá, Bertioga e Cubatão, excetuadas as unidades de conservação de proteção integral; III - seja realizada no período de 01 de dezembro a 30 de setembro; IV - seja realizada exclusivamente sobre indivíduos machos, que apresentem largura de carapaça superior a 6,0 cm (seis centímetros); V - não seja realizada em partes isoladas (quelas, pinças ou garras) do espécime.
Pesca de emalhe de superfície oceânico ou malhão	Instrução Normativa Interministerial MPA MMA nº 11, de 5 de julho de 2012 .	Art. 1º - Proibir, nas águas sob jurisdição nacional, o uso e o transporte de redes de emalhe de superfície oceânico de deriva, popularmente conhecido como malhão.
Norma geral para o exercício da pesca amadora	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 9, de 13 de junho de 2012	Art. 5º; § 2º - Fica permitido o uso de puçás ou peneiras de no máximo 50 centímetros em sua região mais larga para a captura de espécies com finalidade ornamental ou de aquariofilia. §3º É vedado o uso de aparelhos de respiração artificial pelo pescador amador durante a pesca. Art. 6º - O limite de captura e transporte de espécies com finalidade de consumo próprio por pescador amador é de 10 kg (dez quilos) mais 01(um) exemplar para pesca em águas continentais e estuarinas, e 15 kg (quinze quilos) mais 01(um) exemplar para pesca em águas marinhas. Art. 7º - O limite de captura e transporte de espécies com finalidade ornamental e de aquariofilia por pescador amador é de 10 indivíduos para peixes de águas continentais e 5 indivíduos por pescador, para peixes de águas marinhas.
Captura do peixe Mero	Portaria Interministerial nº 13, de 02 de outubro de 2015.	Proíbe, nas águas jurisdicionais brasileiras, por um período de 08 anos, a captura da espécie (<i>Epinepheus itajara</i>), conhecida popularmente como mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote.
<i>Finning</i> (corte de nadadeiras) de Tubarões e Raias	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 14, de 26 de novembro de 2012.	Art. 3º - Fica proibida a prática do <i>finning</i> no Brasil; § 1º - Todos os indivíduos de tubarões e raias de que trata o art. 1º devem ser desembarcados no litoral brasileiro, seja em infraestrutura portuária, terminal pesqueiro nacional, público ou particular, ou em qualquer outro local de desembarque utilizado pela frota nacional e estrangeira arrendada, com todas as suas barbatanas naturalmente aderidas ao corpo do animal. § 5º - Fica proibido o transporte, a bordo das embarcações de pesca, de tubarões e raias dos quais tenham sido removidas as barbatanas ou de barbatanas separadas do corpo dos animais.
Captura de Raia-manta	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 2, de 13 de março de 2013.	Proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, desembarque, armazenamento, transporte e comercialização das espécies, produtos e subprodutos de raias da família Mobulidae em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional.
Todas as modalidades de pesca no Parque Estadual Marinho de Laje Santos (PEMLS)	Portaria IBAMA/SUPES/SP nº 2, 24 de maio de 1994 e Decreto nº 37.537, de 27 de setembro de 1993.	Proibição da pesca ao redor da Laje de Santos, no Estado de São Paulo, na área correspondente a do Parque Estadual Marinho de Laje de Santos, compreendida pelo polígono de 5.000 (cinco mil) hectares.
Todas as modalidades de pesca no Setor Itaguaçu	Resolução SMA nº 021, de 17 de abril de 2012.	Estabelece restrição à atividade pesqueira no Setor Itaguaçu da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro do Estado de São Paulo. Art. 1º – No Setor Itaguaçu da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro, referido no artigo 2º do Decreto Estadual nº 53.526, de 08 de outubro de 2008, que criou esta unidade de conservação, fica estabelecida zona de restrição máxima à atividade pesqueira onde não é permitida nenhuma modalidade de pesca.
Todas as modalidades de pesca na Estação Ecológica dos Tupiniquins (ESEC Tupiniquins)	Decreto nº 92.964, de 21 de julho de 1986.	Proibição da pesca na Estação Ecológica dos Tupiniquins, situada ao longo do Litoral Sul, no Estado de São Paulo, à altura dos Municípios de Peruíbe e Cananéia.
Todas as modalidades de pesca na Estação Ecológica dos Tupinambás (ESEC Tupinambás)	Decreto nº 94.656, de 20 de julho de 1987.	Proibição da pesca na Estação Ecológica dos Tupinambás, situada no litoral Norte do Estado de São Paulo, à altura dos Municípios de Bertioga e São Sebastião.
Todas as modalidades de pesca na Estação Ecológica da Jureia-Itatins (ESEC Jureia-Itatins)	Lei nº 14.982, de 8 de abril de 2013.	Proibição de pesca na Estação Ecológica da Jureia-Itatins, com territórios distribuídos pelos municípios de Iguape, Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo e Peruíbe.